

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CMPC JANEIRO 2025

**Formato online**

**06/02/25**

**HORÁRIO: 18H-19H30**

**Conselheiros e Suplentes Presentes:** Yara Prehn, Fabiana Balan (Preta), Flávia Martinelli, Elizabeth Connolly, Gustavo Santana, Wilson Nogueira, Sara Cunha, Maria Eugênia, Guilherme Alonso, Gabriel (Ugão), Olivia,

### **Outros participantes/ouvintes:**

Andrea Tolaini, Mano Mi, Bianca Abhaya, Irene Marassi, Ronaldo Preteli, Rose, Luiz Carlos, Vera Marinho, Extremo, Amanda Crepaldi, Thiago Buscarioli, Mauro Silva Jr. , Willian Tadeu,

### **AGENDA DO DIA:**

1. Apresentação da Diretora de Cultura Camila
2. Esclarecimentos sobre atraso na eleição do CMPC Chapa 2025-2026
3. Esclarecimentos sobre processo de assinaturas e pagamento dos projetos PNAB
4. Esclarecimentos sobre resposta jurídica às denúncias apresentadas no processo PNAB.
5. Carnaval - detalhes sobre a comissão, valores , e apoio para as escolas de samba.

- **Principais Pontos Discutidos Pelos Conselheiros:**

### **Resumo:**

A reunião extraordinária se instalou após a confirmação do quórum mínimo necessário de 1/3 e outros conselheiros e suplentes foram conectando em seguida. Importante notar que não havia nenhuma representação de nenhuma das 9 cadeiras previstas que deveriam ser ocupadas pelo Executivo, conforme previsto em regimento do CMPC e na lei municipal. Registra-se dessa forma a total ausência por parte da gestão na reunião oficial do CMPC. Discutiu -se questões importantes relacionadas ao Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) e à sua interação com a Prefeitura.

**Quórum e Funcionamento do Conselho:** Foi explicado para os ouvintes e comunidade que para decisões importantes, como mudanças no regimento ou na mesa diretora, é necessário ter dois terços dos votos, o que requer uma participação significativa da Prefeitura. Para decisões mais corriqueiras, é necessário apenas 50% mais um dos votos. Para abrir a reunião e registrar moções, é necessário um terço dos conselheiros presentes.

**Motivo da Reunião:** A reunião foi convocada extraordinariamente no prazo de 3 dias previsto pelo regimento, após a enquete de data, devido à falta de respostas claras da Prefeitura sobre a realização das eleições do novo Conselho, que deveriam ocorrer após o término do mandato de dois anos. Apesar de um ofício enviado solicitando a realização das eleições em até 15 dias, a resposta da gestão foi inconclusiva e não apresentou uma nova data.

O posicionamento sobre a necessidade das eleições do Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) foi claro e enfático durante a reunião.

**Urgência das Eleições:** O conselho expressou preocupação com a falta de clareza e a inação da Prefeitura em relação à realização das eleições, que deveriam ter ocorrido após o término do mandato de dois anos. A data previamente agendada para as eleições era 15 de janeiro, mas a nova gestão não cumpriu essa data, alegando necessidade de mais tempo para se preparar, sem oferecer uma nova data.

**Ofício e Solicitações:** Em resposta à ausência de comunicação da Prefeitura, o conselho decidiu enviar um ofício solicitando que as eleições fossem realizadas em até 15 dias, seguindo os procedimentos discutidos anteriormente. No entanto, a resposta da gestão foi considerada inconclusiva e não atendeu à solicitação do conselho.

**Natureza do CMPC:** Foi reiterado que o CMPC não é um órgão da Prefeitura, mas um mecanismo de participação popular e social, conforme garantido pela Constituição. Portanto, a gestão não pode bloquear ou atrasar as ações do conselho, que são previstas em seu regimento.

**Preocupações com Representatividade e validade de 2 anos das cadeiras eleitas depois:** Os conselheiros expressaram preocupações sobre a possibilidade de não serem reeleitos, especialmente aqueles que representam culturas marginalizadas, como a cultura hip hop. A necessidade de garantir a continuidade da representatividade no conselho foi um tema recorrente nas discussões. Foi então lembrado que algumas cadeiras foram eleitas afim de ocupar vagas deixadas no ano de 2024 e não em conjunto com as outras cadeiras no final de 2022, sendo assim essas cadeiras, como a de empresas culturais, audiovisual e outras ainda teriam alguns meses de validade e portanto essas cadeiras específicas não participariam da eleição nova.

A reunião destacou a urgência e a necessidade de realizar as eleições do conselho, enfatizando a importância da comunicação e da transparência por parte da gestão municipal.

Foi abordada a preocupação com decisões que estão sendo tomadas sem a participação do Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) que tem relação direta com a Cultura e os segmentos representados. Com alguns destaques:

**Comissão para o Carnaval:** Foi mencionado que a Prefeitura publicou uma portaria estabelecendo uma comissão para decidir sobre os processos do carnaval, composta apenas por secretários e pessoas da Prefeitura. Essa comissão não incluiu representantes das comunidades culturais, como escolas de samba e grupos de blocos, nem do próprio conselho. Isso gerou um forte descontentamento, pois a falta de diálogo e escuta com o conselho foi considerada uma irregularidade e uma ilegalidade considerando os modelos em outras cidades e agremiações onde as comunidades de baterias e escolas /agremiações tem papel protagonista nas decisões sobre o carnaval. Foi discutido que na reunião chamada para Sábado 08/02 com representantes das escolas de Samba 2 conselheiros representariam o CMPC para acompanhar os encaminhamentos, e garantir que os processos sejam executados com transparência, inclusão de todos, e a garantia mínima de suporte por parte do poder público, com o propósito de também reportar o processo para a posterior análise e registro desse conselho.

**Irregularidades no Uso do Orçamento:** Foi destacado que mais de 80% do orçamento destinado à cultura tem sido consumido pelo departamento de eventos, que pertence à pasta de turismo, sem a anuência do conselho. Essa situação foi considerada uma grave irregularidade, uma vez que as verbas foram utilizadas sem qualquer participação ou deliberação do conselho.

**Falta de Editais e Execução de Projetos:** O conselho também expressou frustração com a falta de editais para ações culturais, como oficinas e eventos, que deveriam ter sido lançados em 2024 conforme discutido anteriormente. A gestão não executou essas ações, resultando na perda de verbas que estavam previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

**Necessidade de Diálogo:** Os conselheiros enfatizaram que a gestão deve incluir o conselho nas decisões que afetam a cultura no município. Foi sugerido que, caso a situação não melhore, o conselho poderá acionar o Ministério Público para garantir que as normas e direitos da sociedade civil sejam respeitados. Foi destacada a insatisfação com a exclusão do conselho em decisões importantes e a necessidade de um diálogo mais aberto e respeitoso entre a gestão e os representantes da cultura, uma vez que não se faz Cultura sem os trabalhadores da cultura e que é necessário existir uma melhor comunicação e participação ativa da sociedade civil respeitando os princípios democráticos, os mesmos que inclusive garantiram a eleição do Prefeito Willians Soares.

**Pendências e Demandas:** Durante a reunião, foram levantadas pendências relacionadas ao processo de assinatura e pagamento de projetos culturais. As reclamações de fazedores de cultura sobre injustiças no processo anterior foram

registradas, e a necessidade de um relatório detalhado da Prefeitura sobre o que ocorreu foi enfatizada, incluindo a necessidade urgente de se apresentar o detalhamento da avaliação jurídica e conclusões após o recebimento da carta denúncia sobre o processo da PNAB, uma vez que isso nunca foi apresentado, apenas deram andamento Às assinaturas de projetos sem publicar resposta ao ofício 10\_25 emitido pela SEMEC.

**Apresentação da Diretora de Cultura:** A diretora de Cultura, Camila, foi convocada para se apresentar, mas não compareceu nem enviou uma apresentação prévia via vídeo conforme sugerido. Isso gerou descontentamento entre os conselheiros, que esperavam uma maior transparência e diálogo até mesmo para entenderem o histórico e trajetória de quem está oficialmente representando o segmento cultural dentro do poder executivo.

**Ações Futuras:** Foi decidido que a gestão deverá apresentar um relatório por escrito sobre o processo de aprovação dos projetos e a avaliação jurídica do andamento do processo detalhando inclusive o encaminhamento da questão dos valores remanescentes da PNAB segundo o previsto em edital. Também foi mencionado que, caso não haja retorno adequado da Prefeitura, o Ministério Público poderá ser acionado para garantir o andamento dos processos na cultura, e que a sociedade civil está em contato com assessoria jurídica apta a auxiliar nos questionamentos de caráter administrativo e constitucional.

**Importância do Carnaval:** A reunião também abordou a necessidade de apoio financeiro para as baterias participantes do carnaval, com a solicitação de R\$ 30.000 para garantir a apresentação das agremiações, considerando um valor simbólico de apoio de 10mil reais por escola, que deverá servir de reconhecimento mínimo por toda a trajetória das escolas na cidade e a histórica desvalorização das agremiações. Com o valor as escolas poderão adquirir recursos básicos e insumos necessários para participarem do Carnaval em Juquitiba. A importância do carnaval para a cultura local foi destacada, assim como a necessidade de alinhamento com a legislação estadual de valorização e promoção do carnaval vigente.

## **Artesanato e Cultura Local**

A discussão sobre o artesanato foi marcada por preocupações relacionadas à representatividade e à valorização dos artesãos na cultura local. Com alguns destaques:

**Desvalorização da Cultura Local:** Foi destacado que a cultura local, especialmente a cultura periférica, tem sido desvalorizada. Os artesãos, assim como as escolas de samba, enfrentam dificuldades em serem reconhecidos e valorizados por seus trabalhos. A falta de apoio financeiro e a ausência de editais para promover o artesanato foram mencionadas como questões críticas.

**Falta de Representatividade:** Os conselheiros expressaram que muitos artesãos não se sentem representados no conselho, e que houve dificuldades para que artesãos se candidatassem a cargos no conselho. Isso leva a uma situação em que as decisões

podem ser tomadas sem a devida consulta ou inclusão dos próprios artesãos, resultando em um diálogo esvaziado entre a administração pública e os fazedores de cultura.

**Necessidade de Diálogo e Inclusão:** Foi enfatizada a importância de estabelecer um diálogo aberto entre a administração pública e os representantes dos artesãos. Os conselheiros argumentaram que é fundamental que as vozes dos artesãos sejam ouvidas nas decisões que afetam suas atividades e que a gestão deve buscar formas de incluir os artesãos nas discussões e decisões sobre cultura.

Os conselheiros sugeriram a necessidade de realizar um levantamento dos representantes dos artesãos e de outras categorias culturais para garantir que suas demandas sejam ouvidas e atendidas. A ideia é que o conselho se torne um espaço mais inclusivo e representativo, onde todos os grupos culturais, incluindo os artesãos, possam participar ativamente.

### **Apoio do CMPC aos Fazedores e suporte na Comunicação com a ausência recorrente de respostas aos questionamentos apresentados à gestão**

Durante a reunião, foi discutido o apoio do Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) no envio de ofícios sobre as demandas não atendidas dos fazedores de cultura.

**Apoio Formal do Conselho:** Os conselheiros enfatizaram que o conselho está à disposição para ajudar os fazedores de cultura a formalizar suas demandas. Se houver dúvidas ou problemas que não estão sendo respondidos pela gestão, os conselheiros se ofereceram para elaborar ofícios que serão enviados à Prefeitura. Isso é importante porque os ofícios têm um protocolo oficial e a gestão é obrigada a responder.

**Dificuldades na Comunicação:** Foi mencionado que o grupo de WhatsApp utilizado para comunicação não estava surtindo efeito, pois muitas mensagens não estavam sendo respondidas. Isso gerou um sentimento de desespero entre os fazedores de cultura que não fazem parte do conselho, pois não sabiam como buscar informações ou esclarecer suas dúvidas.

**Responsabilidade do Conselho:** Os conselheiros destacaram que, como representantes da sociedade civil, têm a responsabilidade de garantir que as demandas dos fazedores de cultura sejam ouvidas e atendidas. Eles se comprometeram a documentar as solicitações e a pressionar a gestão para que as respostas sejam dadas de forma clara e em tempo hábil.

**Necessidade de Respostas Rápidas:** Foi ressaltado que, embora o envio de ofícios seja uma forma formal de comunicação, o ideal seria que a gestão respondesse de maneira mais ágil, seja por meio de mensagens rápidas ou e-mails. A burocracia excessiva foi vista como um obstáculo que poderia ser evitado se houvesse um espírito de parceria e interesse em trabalhar em conjunto com os fazedores.

**Convocação ao Diálogo:** Os conselheiros também convocaram a gestão a buscar um diálogo mais aberto e respeitoso com o conselho e os fazedores de cultura, para que as

questões possam ser resolvidas de maneira mais eficiente e colaborativa evitando tensões, morosidade e a necessidade de sempre escalar para instâncias superiores afim de obter respostas simples.

A reunião foi marcada por uma busca por maior clareza e ação por parte da Prefeitura em relação às demandas culturais, além de um forte desejo de manter a participação ativa da sociedade civil nas decisões que afetam a cultura local.